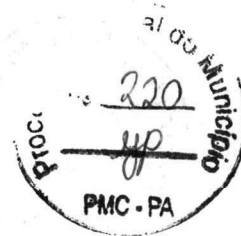




PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Parecer nº 57-D/2026

PROCESSO Nº 2701002/2026/SUPRI/SEMED

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ASSUNTO: ANÁLISE SOBRE A REGULARIDADE DA MINUTA DO EDITAL DE E SEUS ANEXOS RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DIDÁTICOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL/PA

DISPENSA Nº 023/2026/SEMED

À Secretária de Suprimentos e Licitações,

RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo acima identificado que encaminha, para análise e manifestação desta Procuradoria Jurídica, nos termos da interpretação sistêmica do art. 53, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

Os autos administrativos estão compostos de 219 folhas numeradas e rubricadas, relativo à instrução de procedimento licitatório a ser realizado na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS DIDÁTICOS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL DESTINADOS À ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL/PA**, conforme especificações e quantitativos contidos no Documento de Formalização de Demanda Nº 113/2025 constante em fls. 05 a 11.

A justificativa apresentada para escolha da modalidade decorre do fato de que o objeto em questão (Equipamento e Materiais Didáticos) se encontra dentro do limite disposto no texto legal quanto à dispensa de licitação, uma vez que, o orçado foi em **valor inferior** ao limite para tal modalidade, qual seja: R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos). Portanto, a justificativa atende ao



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

preceito contido no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto Municipal nº 017/2024.

Os autos do processo se encontram regularmente formalizado e instruído observando as diretrizes dispostas na Lei Federal nº 14.133/2021, com a seguinte documentação:

- a) Termo de Abertura do Processo (fl.01);
- b) Despacho nº 001/2025/CLC/SEPLAGE (fl.03);
- c) Ofício nº 644/2025/GAB/SEMED/FME/PMC (fl.04);
- d) Documento de Formalização de Demanda nº 113/2025 (fls. 05 a 11);
- e) Ofício nº 867/2025-SEPLAGE de Solicitação de Declaração de Viabilidade Orçamentária e Financeira e respectiva Dotação (fls. 12 a 14);

Exercício Financeiro: 2025

06.07 – Fundo Municipal de Educação

Classificação Econômica: 12 122 006 2.018 – Gestão da Secretaria Municipal de Educação;

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e material permanente

Subelemento de Despesa: 4.4.90.52.99 – Outros materiais permanentes

Fonte de Recursos: 15001001 – Receita de Imposto e Trans. - Educação

- f) Parecer Técnico nº 007/2025-SEPLAGE referente à Emenda Impositiva nº 014/2025 (fls. 15 e 16);
- g) Ofício nº 910/2025 – SEPLAGE de encaminhamento do Processo de Ementa nº 014-n (fls. 17 a 19);
- h) Ofício nº 534/2025-SUPRI de solicitação de esclarecimento do Documento de Formalização de Demanda – DFD Nº 11/2025-SEMED (fl. 20);
- i) Ofício nº 106/2026-SEPLAGE de Resposta ao Ofício nº 534/2025-SUPRI (fls. 21 e 22);
- j) Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025 de Atualização de valores estabelecidos pela lei nº 14.133/2021 (fl. 23);



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- k) Termo de Autuação pela Administradora (fl. 24);
- l) Termo de Referência e seus Anexos (fls. 25 a 36);
- m) Despacho de Solicitação de Pesquisa de Preços (fl.37);
- n) Termo de Referência Simplificado para Orçamento (fls. 38 a 40);
- o) Ofício nº 171/2026-SEPLAGE de Solicitação de Declaração de Viabilidade Orçamentária e Dotação Orçamentária na seguinte classificação (fls. 41 e 42):

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2026

06.07 – Fundo Municipal de Educação

Classificação Econômica: 12 122 0008 2.034 – Execução das Emendas Parlamentares Impositivas Municipais

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00

Subelemento de Despesa: 4.4.90.52.99 – Outros Materiais Permanentes

Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

Valor Remanescente: R\$ 9.000,00

- p) Autorização do Prefeito Municipal (fl. 43);
- q) Termo de Autuação pela Administradora (fl.44);
- r) Despacho de encaminhamento de Pesquisa de Preços (fl.46);
- s) Pesquisa de Preços e Cotação perante as seguintes empresas (fls. 47 a 137):
 - s.1) POLYMED ofereceu proposta com seus respectivos valores unitários (fls. 76 e 77);
 - s.2) AMAZOMIX COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI ofereceu proposta com seus respectivos valores unitários (fls. 78 e 79);
 - s.3) ZIROX COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO ofereceram proposta com seus respectivos valores unitários (fls. 80 a 83);
 - S.4) INTERTON COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO ofereceram proposta com seus respectivos valores unitários (fls. 84 a 88);
 - s.5) W. & W. COM. E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA – EPP ofereceu proposta com seus respectivos valores unitários (fls. 89 a 92);



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- s.6) G. SILVA E CORREIA LTDA (TONER & TINTAS) ofereceu proposta com seus respectivos valores unitários (fls. 93 e 94);
- s.7) CROI COMPUTADORES ofereceu proposta com seus respectivos valores unitários (fls.95 a 97);
- s.8) KAYNAN PLANEJADOS ofereceu proposta com seus respectivos valores unitários (fls. 98 a 102);
- s.8) SILVANA REPRESENTAÇÕES ofereceu proposta com seus respectivos valores unitários (fls. 103 a 105);
- s.9) SO CADEIRAS COMERCIO LTDA ofereceu proposta com seus respectivos valores unitários (fls. 106 e 107);
- t) Planilha Orçamentária (fls. 138 a 140);
- u) Justificativa e Relatório de Pesquisa de Preços (fls. 142 a 145);
- v) Estudo Técnico Preliminar – ETP e seu Anexo (fls. 146 a 176);
- w) Autorização Inicial da Secretária Municipal de Educação (fl.177);
- x) Termo de Autuação pelo Agente de Contratação (fl. 178);
- y) Justificativa da Modalidade e Razão da Escolha do Executante (fls. 179 a 183);
- z) Minuta do Aviso de Contratação e seus Anexos (fls. 184 a 218).

Obs.: Ressalta-se que, conforme informado na Justificativa da Modalidade acostada aos autos, durante a realização da pesquisa de preços constatou-se que o montante disponibilizado pela Emenda Impositiva nº 014-N/2025, de autoria do Vereador Nivan Noronha, mostrou-se insuficiente para custear integralmente a aquisição dos bens objeto do presente processo; diante disso, foi formalizada a complementação do valor remanescente com recursos provenientes da Secretaria Municipal de Educação, assegurando-se a adequada cobertura orçamentária da despesa e a regular continuidade do procedimento administrativo.

É o breve relatório. Passamos ao parecer.

PARECER



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Inicialmente, cabe esclarecer que o âmbito de análise deste parecer cinge-se apenas às questões de caráter eminentemente jurídico. Ao administrador Público cabe a análise dos aspectos relacionados à conveniência e oportunidade da contratação que compõe a parcela de discricionariedade que norteia a sua atuação, cabendo-lhe decidir, dentre a ampla gama de opções, quais os melhores meios técnicos de dar cumprimento às reivindicações concretas do serviço público, bem como justificar devidamente a decisão adotada.

Segundo o art. 53, *caput*, da Lei nº 14.133/2021 é necessária a análise e aprovação, pelo jurídico da Administração, das minutas dos editais de licitação, bem como as dos contratos, conforme preceitua o art. 53, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, abaixo transcrito:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

O exame deste Núcleo Jurídico se dá nos termos da Lei nº 14.133/2021, a qual estabelece o conteúdo do preâmbulo da Minuta de Aviso de Dispensa e os elementos obrigatórios do instrumento de contratação direta.

Cabe ao jurídico analisar se estão contidas no instrumento de contratação direta as cláusulas necessárias requeridas pela legislação que regulamenta a matéria, bem como se o seu anexo está de acordo com as regras estabelecidas no edital para a futura contratação.

A dispensa é a modalidade de contratação devida para contratações que envolvam compras com valor inferior a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

No caso em análise, diante da justificativa apresentada (fls. 179 a 183), a Administração Pública resolveu adotar a dispensa eletrônica, a qual se mostra a modalidade licitatória mais viável para subsidiar o objeto da presente demanda, qual seja, a contratação de empresa para aquisição de equipamento e Material Didáticos para atender as necessidades da Secretária Municipal de Educação desta Municipalidade.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Neste âmbito, toda contratação direta é precedida de um procedimento, que se destina a avaliar a forma mais adequada de atendimento dos interesses públicos, e por isso, antes da análise da minuta do aviso de dispensa, deve ser observado o art. 72 da Lei nº 14.133/21, pois este artigo elenca todos os elementos que devem ser observados em sua fase preparatória, os quais, nos autos ora analisados, estão presentes e regulares, senão vejamos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida nos valores compatíveis com o mercado.
- III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - Razão da escolha do contratado;
- VII - Justificativa de preço;
- VIII - Autorização da autoridade competente.

Compulsando os autos, neste momento, estamos na fase preparatória e, verifica-se a presença dos documentos constantes nos incisos I a IV e VII e VIII.

Ademais, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 dispõe sobre a dispensa de licitação, na **forma eletrônica**, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Frisa-se que tal comando normativo informa que o processo deverá ser instruído com documentação prevista no art. 5º, incisos I a VIII, a



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

qual segue os mesmos moldes dos incisos colacionados acima da própria Lei de Licitações.

Superada esta etapa, o aviso de dispensa de licitação é o ato convocatório e sua principal função é estabelecer as regras definidas para a realização do procedimento, as quais são de observância obrigatória, tanto pela Administração, quanto pelos licitantes. Nas sábias palavras de MEIRELES (2005), o edital “é a lei interna da licitação”.

O aviso de dispensa de licitação deve, sempre que possível, conter pelo menos os seguintes elementos em seu preâmbulo:

- a) O número de ordem em série anual;
- b) O nome da repartição interessada e do seu setor;
- c) O regime de execução;
- d) O tipo de modalidade adotada, que deverá ser menor preço e a forma, que poderá ser identificada pelas expressões dispensa ou dispensa eletrônico;
- e) A menção de que a Legislação que regerá certame;
- f) O local, dia e hora para recebimento da proposta e da documentação.

No presente caso, verifica-se a presença dos elementos acima listados e, o edital trouxe todos os elementos acima definidos (fl. 185).

E ainda, no aviso de dispensa há tópicos que abordam: a forma de participação, a apresentação de propostas e dos documentos de habilitação, forma de preenchimento da proposta, informações sobre a abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances, a fase de julgamento, habilitação, recursos, infrações e sanções.

Note-se que as exigências descritas acima não possuem outra finalidade senão a de demonstrar que: “O edital há de ser completo, de molde a fornecer uma antevisão de tudo que possa vir a ocorrer no decurso das fases subsequentes da licitação. Nenhum licitante pode vir a ser surpreendido com coisas, exigências, transigências, critérios ou atitudes da Administração que, caso conhecidas anteriormente, poderiam afetar a formulação de sua proposta”.

DA ANÁLISE DA MINUTA DO AVISO DE DISPENSA



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A minuta do aviso de dispensa na cláusula primeira disporá expressamente que o objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa, por meio de contratação direta, para aquisição de equipamento de informática e materiais didáticos para Educação Especial - SEMED.

A lei nº 14.133/2021, no artigo 75, II, dispõe que:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) *, no caso de outros serviços e compras;

*valor atualizado: R\$ 62.725,59

O detalhamento do objeto e suas características encontram-se detalhados no item 1, subitem 1.1. e 1.2.

O item 2 tratará das formas de participação na dispensa eletrônica e o item 3 do ingresso na dispensa e cadastramento da proposta, mencionando o tratamento diferenciado ao fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com base no art. 4º, §§ 1º ao 3º da Lei nº 14.133/21.

No que se refere a fase de lances deverá se observar o valor global da contratação, por conseguinte o item 4 tratará do julgamento e aceitação das propostas.

Ademais, o item 5 tratará da habilitação no qual deverá ser apresentado pelos fornecedores toda a documentação exigida no art. 62 a 70 da lei 14.133/21.

Por fim, o item 6 trata das infrações e sanções administrativas que o fornecedor poderá a vir a ser enquadrado caso viole o artigo 155 da lei de licitações e caso ocorra, quais as medidas a serem aplicadas a nível de punição e, o item 7 tratará das Disposições Finais.

Frise-se que o Termo de Referência e seus anexos consta nos Autos do processo (fls. 25 a 36) no presente caso, devendo o seu conteúdo ser observado para fins de complementação.

Assim, diante ao exposto, a minuta do aviso de dispensa de licitação e o seu anexo possuem todos os elementos imprescindíveis e necessários para a sua aprovação, visto que cumpriram os requisitos legais pertinentes ao objeto da licitação em curso, bem como fixaram as condições necessárias à participação dos fornecedores e ao



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

desenvolvimento da dispensa de licitação, de modo a definir e tornar conhecidas todas as regras do certame e da futura contratação.

DA ANÁLISE DA MINUTA DO CONTRATO

Contrato administrativo é todo e qualquer ajuste celebrado entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, por meio do qual se estabelece acordo de vontades, para formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas.

A minuta contratual na cláusula primeira disporá expressamente que o contrato tem por objeto a aquisição de equipamento de informática e materiais didáticos para Educação Especial - SEMED.

A lei nº 14.133/2021, no artigo 89, § 2º dispõe que:

“Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta”.

Na minuta acostada aos autos do processo administrativo nº 2701002/2026/SUPRI/SEMED, o mandamento foi devidamente cumprido, sendo estabelecido nas Cláusulas terceira, sétima e oitava.

O detalhamento do objeto e suas características encontram-se detalhados na cláusula primeira, subitem 1.1, por meio de quadro descritivo, atendendo aos incisos I e II, do artigo 92 e, a cláusula segunda trata da vigência do contrato, atendendo ao artigo 105.

No que se refere ao regime de execução do objeto consta na cláusula terceira da minuta do contrato, fazendo referência ao Termo de Referência, atendendo ao inciso IV, VII e XVII do artigo mencionado acima e, a cláusula quarta diz respeito à Subcontratação, atendendo ao disposto no artigo 122.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Nas cláusulas sétima e oitava constam as obrigações do contratante e da contratada, atendendo ao disposto nos incisos X, XI, XIV, XVI e XVII.

Quanto ao valor global do contrato, será de apurado ao término do procedimento e, o valor virá disposto na cláusula quinta o que atenderá ao previsto no inciso V.

No que se refere às condições de pagamento, a forma consta na cláusula sexta que remete ao modo estabelecido no termo de referência.

A cláusula nona dispõe acerca da Garantia de Execução que será exigida.

A cláusula décima dispõe acerca das infrações e multa para os casos de inexecução total ou parcial do contrato.

Na cláusula décima primeira consta os motivos que podem ensejar uma rescisão/extinção contratual e, a cláusula décima segunda trata da Dotação orçamentária prevista para custear o pagamento do serviço, atendendo ao disposto no inciso VIII.

A legislação que será aplicada aos casos omissos há previsão na cláusula décima terceira, atendendo ao disposto no inciso III.

A cláusula décima quarta trouxe a publicação no portal nacional de contratações públicas, bem como no site oficial.

A cláusula décima quinta trouxe a possibilidade de alteração contratual.

Por fim, a cláusula décima sexta trata do foro se ocorrer eventual demanda judicial decorrente do contrato.

Assim, diante ao exposto, a minuta de edital e os seus anexos possuem todos os elementos imprescindíveis e necessários para a sua aprovação, visto que cumpriram os requisitos legais pertinentes ao objeto da licitação em curso, bem como fixaram as condições necessárias à participação dos licitantes e ao desenvolvimento do processo licitatório, de modo a definir e tornar conhecidas todas as regras do certame e da futura contratação.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ressaltando-se o caráter opinativo deste parecer, e que os aspectos de conveniência e oportunidade não estão sujeitos ao crivo desta assessoria Jurídica, verificou-se que a minuta do Aviso de Dispensa Eletrônica para



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS DIDÁTICOS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL DESTINADOS À ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL/PA, constante no Processo nº **2701002/2026/SUPRI/SEMED**, bem como seu anexo, encontram-se **REGULARES**, em consonância com as normas contidas na Lei 14.133/2021, que autoriza o prosseguimento do feito com a devida publicação do aviso do edital, informando que a dispensa de licitação está aberta aos interessados, em atenção aos princípios da isonomia e da publicidade, opina-se pela aprovação da minuta do Edital e seu anexo.

Solicita-se, previamente à assinatura do termo, que seja devidamente acostado aos autos parecer técnico exarado pelo setor de informática, acerca dos itens que compõem a presente contratação de tecnologia da informação, com a finalidade de atestar sua conformidade técnica, segurança, bem como sua compatibilidade com a infraestrutura tecnológica existente.

É o parecer de caráter meramente opinativo que submete à aprovação e decisão superior, S.M.J.

Castanhal/PA, 20 de fevereiro de 2026.

CAROLINE SCHAFF
PLACIDO:00264267222
7222

Assinado de forma digital por
CAROLINE SCHAFF
PLACIDO:00264267222
Dados: 2026.02.20 13:16:40
-03'00'

CAROLINE SCHAFF
OAB/PA Nº 24.217
Procuradora Municipal